



# Territórios de esperança e dúvida

José Vicente Tavares-dos-Santos\*

Há pouco vivíamos um tempo de cidades mortas, segregadas, partidas: os centros se esvaziaram, as populações pobres foram removidas para as periferias, os edifícios e os condomínios passaram a ser fortificados, e as organizações criminosas se implantaram em bairros populares nos quais a presença dos órgãos estatais era escassa. Somente uma polícia, muitas vezes corrupta e brutal, aparecia de quando em quando.

O modo de dominação das organizações criminosas não advinha apenas do tráfico de drogas e armas e da contratação de pessoas. Serviços começaram a ser prestados às coletividades pobres: a televisão a cabo pirata, a distribuição do gás, as caminhonetes não legalizadas. Também desempenhavam um arremedo de “bandidos sociais”, oferecendo meios a um povo desprovido de acesso a direitos e a serviços públicos. Um modo de dominação exercido também pelo fascínio do herói cruel, machista e patriarcal, no qual a violência assegurava a submissão e a obediência, garantida pela “lei do silêncio” e pelo medo recolhido. Uma cidade partida entre a favela e o asfalto, escreveu Zuenir Ventura sobre o Rio de Janeiro. Seriam todas as cidades brasileiras espaços partidos?

Tal situação nos lembra que a violência urbana realiza-se mediante formas de violência difusas e generalizadas que atormentam, há décadas, o cotidiano das populações das grandes cidades brasileiras. A noção de “cidadania dilacerada” evoca o dilaceramento do corpo e da carne e a crescente manifestação da violência física na sociedade, a qual ameaça as próprias possibilidades da participação social e da cidadania. A sociedade parece aceitar a violência, ou com ela se resignar, incorporando-a como prática social e política normal e coletiva, como o demonstram os rotineiros exemplos nas cidades, nos campos e nas florestas do Brasil. Percebe-se um “sentimento de insegurança”, estilhaçando esperanças, em rostos fatigados pela dor.

Talvez as cidades mortas com territórios de violência tenham sido uma construção mundial na modernidade tardia, principalmente em países da América Latina, como Argentina, Brasil, Colômbia e México. Um tempo de Estados neoliberais que se apequenavam em suas tarefas para o bem-estar social, produzindo outro mal-estar da civilização.

A antropóloga Alba Zaluar escreveu recentemente: “O Brasil sofre os efeitos do círculo vicioso em torno do tráfico de drogas ilegais, que dá grandes lucros aos seus empreendedores, alimenta interminavelmente a corrupção policial (em contexto de institucionalidade fraca e ineficiente), cria os espaços para o poder de agentes que se tornam sócios de outros atores (inclusive do sistema de justiça), de modo a tornar a atividade ilegal continuamente lucrativa”. E salienta que “o tráfico de drogas ilegais, desde que se introduziu no Brasil a cocaína, tem um caráter violento, seja na periferia de São Paulo e Brasília, seja nas favelas de Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Vitória ou Belém” (Alba Zaluar, *Existe uma peculiaridade do crime no Rio de Janeiro?* 12.12.2010, Blog Favela Livre).

O século XXI assiste a uma reinvenção do Estado como ator social, ao menos em alguns países do Sul Global. Retoma-se a questão da pobreza, são desenvolvidas políticas compensatórias, alguma redistribuição da renda e um aumento do emprego formal e informal. Políticas de alimentação, habitação, educação, em um amplo espectro de políticas sociais, que reinventam o Estado de Bem-Estar Social e vêm conjugando a democracia representativa com as experiências de democracia participativa.

Nesse horizonte, o governo Lula definiu e implementou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que “articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública” (Ministério da Justiça, <http://portal.mj.gov.br/pronasci>).

Os Territórios de Paz configuram, no espaço urbano, essa combinação de ações preventivas e repressivas, policiais e não policiais. A estratégia das Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs –, no Rio de Janeiro, completa dois anos com 13



AGÊNCIA BRASIL/IMAGEM

**“Para chegar a Territórios de Paz, as UPPs são necessárias em algumas grandes cidades nas quais as organizações criminosas se territorializaram, inclusive no Rio Grande do Sul. Todavia, mesmo complementadas com as UPPs Sociais, têm seus limites”**

unidades instaladas. O aspecto mais relevante tem sido a desarticulação do poder territorial das organizações criminosas.

Tal estratégia foi complementada pelas UPPs Sociais, coordenando órgãos públicos – municipais, estaduais e federais – e organizações da sociedade civil, as quais viriam assegurar os serviços públicos necessários às populações em situação de vulnerabilidade social. Há informações de que os índices de homicídios, roubos de veículos e assaltos a pedestres teriam diminuído, e houve apreensões de drogas, armas e dinheiros.

As dúvidas estão no ar. A amplitude dos espaços urbanos na mesma situação, bem como o envolvimento das Forças Armadas e o alto custo das operações, evidenciam que tais ações não poderão vir a produzir efeitos se um conjunto de políticas públicas de segurança não for efetivado. Lembrou o sociólogo Michel Misse que “essas ações têm que ser planejadas. O soldado é treinado para matar, e não para o policiamento” (O Globo, 2/12/2010).

No caso do Rio de Janeiro, permanece o

problema da corrupção envolvendo policiais, funcionários públicos e membros do Legislativo. As armas apreendidas eram de fato tão usadas como o revelam as fotos [publicadas nos jornais]? Onde estão as armas novas que teriam sido encontradas? Qual será a atitude do Estado frente a milícias, organizações criminosas – envolvendo policiais, ex-policiais e alguns políticos –, que, originadas nos “grupos de extermínio”, substituíram as organizações de narcotraficantes em inúmeros bairros cariocas, estimadas em duas centenas?

Cabe frisar que está havendo uma ação da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro para desarticular essas milícias – tarefa de árduo e longo curso.

Um problema crucial reside na oferta de possibilidades materiais aos jovens: como oferecer oportunidades de renda e emprego àqueles que sobrevivem com atividades no narcotráfico? Como propiciar chances de reconhecimento social e simbólico a essa geração mortificada, cuja expectativa de vida se reduz à prisão ou à morte? Evocamos Joyce: “Mesmo antes de partir na jornada da vida já pareciam cansados do caminho a percorrer” (JOYCE, James. Um retrato do artista quando jovem. Rio de Janeiro, Objetiva, 2006, p. 175).

Na atualidade, é preciso transformar a segurança pública à semelhança do proposto na construção do Estado Nação: o direito à vida, um dos direitos fundamentais da modernidade. Reinventá-la como segurança para os cidadãos e cidadãs, prevenindo sua vitimização, gerenciando seus riscos e estabelecendo políticas públicas de segurança. Isso significa, também, que os profissionais da segurança pública, como Max Weber dizia, são funcionários públicos que detêm o monopólio da coerção legal e legítima. Outro sociólogo, Norbert Elias, anos depois, completaria afirmando que, para haver um processo civilizatório, seria fundamental que esse corpo de funcionários existisse com o objetivo de tornar a sociedade uma formação social pacificada, não sem conflitualidades.

Para chegar a Territórios de Paz, as UPPs são necessárias em algumas grandes cidades nas quais as organizações criminosas se territorializaram, inclusive no Rio Grande do Sul. Todavia, mesmo complementadas com as UPPs Sociais, têm seus limites. Torna-se estratégico

o desenvolvimento de políticas públicas de segurança, combinando programas de prevenção com ações de repressão inteligente às organizações criminosas, além da realização permanente de políticas sociais.

A imprensa registra opiniões favoráveis das populações dos bairros nos quais as UPPs estão funcionando. Observamos faces cansadas por sofrimentos, “balas perdidas”, brutalidade policial e crueldade de traficantes e de milicianos. Pessoas que, na fugacidade de uma reportagem ou de uma festa natalina, expressam alegria e apreensão. Qual será a amplitude do “sentimento de paz”?

O sociólogo Renato Lima indica com precisão: “Pela capacidade de criar expectativas positivas na população e levar cidadania a territórios antes dominados pelo crime e pelo medo, de fato, as UPPs conseguiram inverter a tendência da população brasileira de achar que não há soluções no campo da segurança pública. A conquista de território e o inédito esforço integrado entre polícias estaduais, federais, Forças Armadas e entre os poderes Executivo e Judiciário são os principais diferenciais a serem considerados. Há, sim, perspectivas de futuro. Contudo, para pensar esse futuro, friso que segurança pública é um problema de gestão e de política” (Renato Lima, Edição Especial de Final de Ano 2010 da Revista Carta Capital).

A sociedade brasileira está em condições de construir um novo imaginário sobre o controle social, informal e formal, significando uma Segurança Cidadã. Em outras palavras, uma forma de convivência social orientada pela tolerância, pela proteção social e pela eficiência policial frente ao crime – e que, ao mesmo tempo, assegure a punição dos atos delitivos e possibilite a ressocialização daqueles que cometeram crimes, bem como o respeito ao direito das vítimas.

Para pacificar a sociedade, torna-se importante construir, duradouramente, modos de governamentalidade para outro patamar da civilidade, com um Estado de Bem-Estar Social de novo tipo. Vislumbra-se, pelo menos, passagens para a esperança da paz, às margens da bela Baía da Guanabara, cujas águas oscilam, turvas e luminosas.

\*Professor titular de Sociologia da UFRGS, pesquisador do CNPq